

# Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações contábeis 31 de  
dezembro de 2025

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## Aos Administradores e Acionistas da Verde 08 Energia S.A.

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 08 Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Verde 08 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica

Veja as Notas 3.9 e 17 das demonstrações contábeis.

### Principais assuntos de auditoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu Receita de Geração de Energia Elétrica no montante de R\$ 49.921 mil, conforme divulgado na nota explicativa 17 às demonstrações contábeis.

As receitas da Companhia são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;
- (ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e efetivamente entregue, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e
- (iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

# Verde 08 Energia S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>25.118</b>	<b>81.304</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.442	18
Investimentos de curto prazo	5	17.251	74.095
Contas a receber de clientes	6	6.086	5.869
Tributos a compensar		-	149
Despesas pagas antecipadamente		339	272
Outros ativos		-	901
<b>Não circulante</b>		<b>235.292</b>	<b>238.430</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	10.634	10.625
Imobilizado	8	218.423	221.533
Intangível	9	6.235	6.272
<b>Total do ativo</b>		<b>260.410</b>	<b>319.734</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>7.936</b>	<b>210.129</b>
Fornecedores	10	1.608	2.505
Partes relacionadas	15.1	485	46
Debêntures	11	760	201.604
Arrendamentos	15.1	59	72
Salários e férias a pagar		331	397
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	609	658
Outros tributos a recolher	12	1.003	508
Provisões	13	2.877	4.136
Encargos setoriais		11	10
Adiantamento de clientes		193	193
<b>Não circulante</b>		<b>146.989</b>	<b>8.304</b>
Debêntures	11	139.577	-
Arrendamentos	15.1	178	113
Provisões	13	7.234	8.191
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>105.485</b>	<b>101.301</b>
Capital social	16	107.660	107.660
Prejuízos Acumulados		(2.175)	(6.359)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>260.410</b>	<b>319.734</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Verde 08 Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	49.921	47.469
Custos operacionais	18	<u>(21.894)</u>	<u>(20.453)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>28.027</u></b>	<b><u>27.016</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>	18	<u>(3.106)</u>	<u>(2.735)</u>
Despesas gerais e administrativas		(3.106)	(2.735)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b><u>24.921</u></b>	<b><u>24.281</u></b>
Despesas financeiras	19	(24.021)	(21.376)
Receitas financeiras	19	7.349	6.619
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>8.249</u></b>	<b><u>9.524</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(4.071)	(3.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	7	9
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>4.185</u></b>	<b><u>5.792</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Verde 08 Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>4.185</u>	<u>5.792</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>4.185</u></u>	<u><u>5.792</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Verde 08 Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>107.660</b>	<b>(12.152)</b>	<b>95.508</b>
Lucro do exercício	-	5.792	5.793
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>107.660</b>	<b>(6.360)</b>	<b>101.301</b>
Lucro do exercício	-	4.185	4.185
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>107.660</b>	<b>(2.175)</b>	<b>105.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Verde 08 Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		8.249	9.524
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização	8 e 9	6.675	5.708
Encargos de dívidas	11.b	23.295	20.690
Encargos de dívidas arrendamentos		21	13
Apropriação dos custos de captação da dívida	11.b	324	470
Receita de aplicações financeiras	20	(7.346)	(6.595)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	8	4	-
		<b>31.222</b>	<b>29.810</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(217)	897
Tributos e contribuições sociais a compensar		149	1.072
Despesas pagas antecipadamente		(68)	10
Adiantamento a fornecedores		881	(890)
Outros ativos		-	2
		<b>745</b>	<b>1.091</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores		(101)	2.434
Salários e férias a pagar		(66)	12
Tributos e contribuições sociais a recolher		(565)	(972)
Provisão para constituição de ativos		(2.080)	(3.253)
Provisão para gastos ambientais		(135)	(139)
Outros Passivos		(6)	13
		<b>(2.953)</b>	<b>(1.905)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(3.059)</b>	<b>(2.988)</b>
<b>Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais</b>		<b>25.955</b>	<b>26.008</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações em investimentos de curto prazo		249.494	35.016
Resgates em investimentos de curto prazo		(185.283)	(48.904)
Adições no imobilizado	8	(3.173)	(1.222)
Adições no intangível	9	(603)	(80)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>60.435</b>	<b>(15.190)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de debêntures	11.b	139.400	-
Amortização de principal das debêntures	11.b	(202.867)	-
Amortização de juros das debêntures	11.b	(21.419)	(11.032)
Amortização de principal de arrendamentos		(67)	(52)
Amortização de juros dos arrendamentos		(13)	(13)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(84.966)</b>	<b>(11.097)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.424</b>	<b>(279)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	4	18	297
Saldo no final do exercício	4	1.442	18
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.424</b>	<b>(279)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### **1 Informações gerais**

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”), com sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, constituída em 05 de dezembro de 2013, é uma companhia de capital fechado que tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A referida PCH opera com quatro unidades geradoras, sendo, três unidades geradoras com potência instalada de 9,5 MW cada e uma unidade geradora com potência instalada de 1,5 MW, totalizando 30 MW de potência instalada, e uma Subestação elevadora 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 31 de maio de 2018 a primeira turbina hidrelétrica entrou em operação comercial, a segunda turbina hidrelétrica em 27 de junho de 2018, a terceira turbina hidrelétrica em 9 de agosto de 2018 e a quarta turbina hidrelétrica em 21 de novembro de 2018. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação, tendo sido prorrogado o prazo da outorga por meio da Resolução Autorizativa nº 11.344 de 15 de março de 2022 para 23 de novembro de 2049. A Companhia iniciou sua operação operando no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e a partir de 1º de Janeiro de 2023, passou a atuar também no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) conforme Edital Leilão A6-2017.

O prazo de autorização pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Aneel.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis em 04 de março de 2026.

#### **2.1 Base de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## **2.2 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça o uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

### ***I. Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas;
- Nota 14 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - estimativa do risco;

### ***II. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 – Imobilizado– taxa de depreciação;
- Nota 14 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados

- ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
  
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e ganhos e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento**

***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.2 Redução ao valor recuperável**

### **Ativos financeiros não-derivativos**

#### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Para a Companhia não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

## **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização e pela possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por até 30 (trinta) anos a critério do poder concedente. Se houver alterações no cenário regulatório ou surgirem fatos novos relacionados ao tema, as taxas em questão poderão ser revisadas, de modo a refletir a vida útil econômica adequada dos bens integrantes do ativo imobilizado.

### **3.5 Intangível**

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 9, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão que será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até janeiro de 2049.

### **3.6 Tributação**

Em 2025 e 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro presumido caixa.

#### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição

social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

***Imposto de renda e contribuição social – diferidos***

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

**3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

**3.8 Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

**3.9 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) à medida que satisfizer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 18,2 MW médio equivalente a 97% da garantia física, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro é de R\$ 316,13 MW/h, (R\$ 301,56 MW/h em 2024) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 29 anos contados a partir de janeiro de 2024; e;

(ii) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 98,85 (R\$ 62,88 em 2024).

(iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### **3.10 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

### **3.12 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

#### **Em vigor desde 1º de janeiro de 2025**

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade / permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 – Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

### Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Numerário disponível	1.442	18

## 5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração 31/12/2025	Remuneração 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	17.251	74.095

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo de investimento não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado. A redução dos investimentos de curto prazo ao compararmos 31 de dezembro de 2025 com o mesmo período de 2024 ocorreu principalmente em função da quitação das debêntures ocorrida em 15 de julho de 2025, realizada com recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures e recursos próprios.

## 6 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	5.981	5.675
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	105	105
Ajuste positivo CCEE	-	89
	<b>6.086</b>	<b>5.869</b>

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2025, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

## 7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2025
Base de cálculo - Saldo acumulado de Prejuízo Fiscal - IR	31.788	-	31.788
Base de cálculo - Saldo acumulado de Prejuízo Fiscal - CS	32.231	-	32.231
<b>Ativo (i)</b>			
Imposto de Renda diferido - aliquota 25%	7.947	-	7.947
Contribuição Social diferido - aliquota 9%	2.901	-	2.901
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo</b>	<b>10.848</b>	<b>-</b>	<b>10.848</b>
	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2025
<b>Passivo (ii)</b>			
<b>Base de cálculo - extensão da concessão</b>			
Imposto de Renda diferido - aliquota 25%	(163)	7	(156)
Contribuição Social diferido - aliquota 9%	(60)	2	(58)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo</b>	<b>(223)</b>	<b>9</b>	<b>(214)</b>
<b>Total imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>10.625</b>	<b>9</b>	<b>10.634</b>

### Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros. A cada encerramento de exercício a Companhia define estrategicamente qual melhor regime tributário a ser adotado para a Companhia no exercício seguinte bem como a longo prazo, levando-se em conta qual a melhor gestão tributária naquele momento para a Companhia, tanto para otimização de gastos bem como para oportunidades geradas na gestão dos tributos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.848 com expectativa de realização a partir de 2039 conforme demonstrado abaixo:

	2039	2040	2041	Total
Estimativa de realização IRPJ / CSLL diferido	3.469	3.701	3.678	10.848

### Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota explicativa nº 3.6 - Tributação. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 214.

## 8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Outros (ii)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Outros (ii)	Saldo em 31/12/2025
<b>Imobilizado em serviço</b>										
Terrenos	-	16.691	-	-	85	-	16.776	-	-	16.776
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	141.492	87	-	-	-	141.579	-	-	141.579
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	20.094	570	-	-	-	20.664	-	-	20.664
Máquinas e Equipamentos	3%	80.519	134	-	-	(1.679)	78.974	3.012	33	82.019
Móveis e Utensílios	5%	221	68	-	-	-	289	122	-	411
Direito de Uso sobre Arrendamento	11%	379	-	-	-	57	436	-	118	554
<b>Imobilizado em curso (i)</b>		1.408	363	-	(85)	(172)	1.514	39	(395)	1.158
<b>Total do imobilizado</b>		<b>260.804</b>	<b>1.222</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.794)</b>	<b>260.232</b>	<b>3.173</b>	<b>(244)</b>	<b>263.161</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>										
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(16.330)	(2.930)	-	-	-	(19.260)	(2.930)	-	(22.190)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(2.425)	(448)	-	-	-	(2.873)	(455)	-	(3.328)
Máquinas e Equipamentos		(13.988)	(2.588)	363	-	-	(16.213)	(2.568)	-	(18.781)
Móveis e Utensílios		(48)	(15)	-	-	-	(63)	(23)	-	(86)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(238)	(51)	-	-	-	(290)	(63)	-	(353)
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(33.029)</b>	<b>(6.032)</b>	<b>363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.699)</b>	<b>(6.039)</b>	<b>-</b>	<b>(44.738)</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>227.775</b>	<b>(4.810)</b>	<b>363</b>	<b>-</b>	<b>(1.794)</b>	<b>221.533</b>	<b>(2.866)</b>	<b>(244)</b>	<b>218.423</b>

(i) Imobilizado em curso: referem-se substancialmente a investimentos em materiais, equipamentos e serviços vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da PCH Verde 08.

(ii) Outros refere-se: Direito de uso de arrendamento - remensuração de arrendamentos da extensão do contrato de locação e mudança nos critérios de rateio da Alupar que são revisitados anualmente e a baixa de provisões de constituição de ativos devido a não realização de parte das provisões.

## 9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
<b>Intangível em serviço</b>					
Servidões	-	5.589	-	-	5.589
Outros intangíveis de concessão	16%	50	5	-	55
Extensão da concessão (i)	4%	745	-	-	745
Licenças Operacionais	-	-	598	-	598
Em curso	-	7	-	(4)	3
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>6.391</b>	<b>603</b>	<b>(4)</b>	<b>6.990</b>
<b>Amortização</b>					
Outros intangíveis de concessão	-	(56)	(11)	-	(67)
Extensão da concessão	-	(63)	(27)	-	(90)
Licenças Operacionais	-	-	(598)	-	(598)
<b>Total amortização</b>		<b>(119)</b>	<b>(636)</b>	<b>-</b>	<b>(755)</b>
<b>Total intangível</b>		<b>6.272</b>	<b>(33)</b>	<b>(4)</b>	<b>6.235</b>

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Outros	Saldo em 31/12/2024
<b>Intangível em serviço</b>						
Servidões	-	5.511	78	-	-	5.589
Outros intangíveis de concessão	16%	47	-	-	3	50
Extensão da concessão (i)	4%	745	-	-	-	745
Em curso	-	20	2	(18)	3	7
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>6.323</b>	<b>80</b>	<b>(18)</b>	<b>6</b>	<b>6.391</b>
<b>Amortização</b>						
Outros intangíveis de concessão	-	(17)	(8)	-	-	(56)
Extensão da concessão	-	(63)	(27)	-	-	(63)
<b>Total amortização</b>		<b>(80)</b>	<b>(35)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(119)</b>
<b>Total intangível</b>		<b>6.243</b>	<b>45</b>	<b>(18)</b>	<b>6</b>	<b>6.272</b>

## 10 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	132	251
Suprimento de energia elétrica	-	372
Materiais e serviços	1.125	1.521
Retenção contratual	351	361
	<b>1.608</b>	<b>2.505</b>

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

## 11 Debêntures

### a. O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	31/12/2025			31/12/2024		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
<b>Moeda nacional - circulante</b>								
2º Emissão de Debêntures	IPCA + 5,95%	15/07/2025	-	-	-	193.679	8.199	201.878
3º Emissão de Debêntures	DI+Spred 0,59%	02/07/2030	852	35	887	-	-	-
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	(127)	-	(127)	(274)	-	(274)
<b>Total</b>			<b>725</b>	<b>35</b>	<b>760</b>	<b>193.405</b>	<b>8.199</b>	<b>201.604</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>								
3º Emissão de Debêntures	DI+Spred 0,59%	02/07/2030	140.000	-	140.000	-	-	-
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	(423)	-	(423)	-	-	-
<b>Total</b>			<b>139.577</b>	<b>-</b>	<b>139.577</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total geral</b>			<b>140.302</b>	<b>35</b>	<b>140.337</b>	<b>193.405</b>	<b>8.199</b>	<b>201.604</b>

Em 15 de julho de 2018 a Companhia realizou a 2º emissão de 140.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000, emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante total de R\$ 140.000. Sobre o valor nominal atualizados das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à 5,9559% ao ano, base 252 dias úteis e variação acumulada do IPCA. As respectivas debêntures têm como o vencimento único a data 15 de julho 2025, já sua remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2019 e o último ocorreu em 15 de julho de 2025.

Em 15 de julho de 2025 a Companhia realizou a quitação da 2º emissão de debêntures no montante de R\$ 208.677 com os recursos provenientes da 3º emissão de debêntures e recursos próprios.

Em 02 de julho de 2025 a Companhia realizou a 3º emissão de 140.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000, emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante total de R\$ 140.000. Sobre o valor nominal atualizados das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias

diárias do DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa SPREAD de 0,59% ao ano, base 252 dias. As respectivas debêntures têm como o vencimento único a data 02 de julho 2030, sua remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de janeiro de 2026 e o último será em 15 de janeiro de 2030.

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão.

Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025, para as demais obrigações qualitativas a Companhia faz o acompanhamento dessas obrigações.

**b. As movimentações das debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:**

	31/12/2024	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas (Nota 20)	Apropriação dos custos de captação	Amortização de principal	Amortização de Juros	31/12/2025
<b>Moeda nacional</b>							
2º emissão de debêntures	201.879	-	12.673	-	(202.867)	(11.685)	-
3º emissão de debêntures	-	140.000	10.622	-	-	(9.734)	140.888
(-) custo de captação - a apropriar	(275)	(600)	-	324	-	-	(551)
<b>Total</b>	<b>201.604</b>	<b>139.400</b>	<b>23.295</b>	<b>324</b>	<b>(202.867)</b>	<b>(21.419)</b>	<b>140.337</b>

	31/12/2023	Encargos de dívidas (Nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2024
<b>Moeda nacional</b>					
2º emissão de debêntures	192.221	20.690	-	(11.032)	201.879
(-) custo de captação - a apropriar	(745)	-	470	-	(275)
<b>Total</b>	<b>191.476</b>	<b>20.690</b>	<b>470</b>	<b>(11.032)</b>	<b>201.604</b>

**c. As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos :**

2027	2028	2029	2030	Dívida Total
(118)	(118)	(118)	139.931	<b>139.577</b>

## 12 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u></b>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	333	294
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	276	364
<b>Total</b>	<b>609</b>	<b>658</b>
<b><u>Outros tributos a recolher</u></b>		
Programa de Integração Social - PIS	78	74
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	358	341
Outros	567	93
<b>Total</b>	<b>1.003</b>	<b>508</b>

## 13 Provisões

Natureza	31/12/2023	Realizações	Reversão de provisão	31/12/2024	Adições	Realizações	31/12/2025
Provisões de constituição de ativos (a)	6.411	(1.573)	(1.679)	3.159	-	(2.080)	1.079
Provisões para compensações ambientais (b)	9.307	(139)	-	9.168	34	(170)	9.032
<b>Total</b>	<b>15.718</b>	<b>(1.712)</b>	<b>(1.679)</b>	<b>12.327</b>	<b>34</b>	<b>(2.250)</b>	<b>10.111</b>
Circulante	5.635			4.136			2.877
Não Circulante	10.083			8.191			7.234
	<b>15.718</b>			<b>12.327</b>			<b>10.111</b>

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção das Usinas e parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

## 14 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

**(A) PERDA PROVÁVEL:** Não existem demandas judiciais, arbitrais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(B) PERDA POSSÍVEL:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, merece destaque a seguinte demanda:

**Demandas Tributárias:** atualmente existe um processo (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) judicial de natureza tributária:

Processo nº 00032811920228260090 (antigo 51473962020208090178 execução fiscal) (5293592-56.2020.8.09.0178 Embargos à Execução): trata-se de exigência de suposto débito de ISS decorrente dos serviços contratados para implantação da Verde 08, com valor em risco aproximado de R\$ 3.513 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2024).

**(ii) Demandas Cíveis/Trabalhistas/Arbitrais/Ambientais/Regulatórias:** não existem demandas judiciais ou administrativas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

## 15 Partes relacionadas

### 15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

#### **(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b><u>Passivo circulante - partes relacionadas</u></b>		
Nota de débito - Alupar Investimento S.A.	485	46
Serviços Tomados - AF Energia S.A.	69	69
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	59	72
	<b>613</b>	<b>187</b>
<b><u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u></b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	<b>178</b>	<b>113</b>

**(B) Partes relacionadas: informações do resultado**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Custo - partes relacionadas</u></b>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	<b>19</b>	(7.490)	(3.664)
Serviços Tomados - AF Energia S.A.	<b>19</b>	(946)	(765)
		<b>(8.436)</b>	<b>(4.429)</b>

a. As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimento S.A.;

b. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A., que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

**15.2 Garantias**

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2025
Alupar	02/07/2025	Assembleia Geral Extraordinária	3ª Debêntures	Fiadora	02/07/2025	15/06/2030	140.000	140.888

**15.3 Remuneração da alta administração**

A política de remuneração da Companhia aplicável aos administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo (a)	<b>266</b>	<b>358</b>

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 16 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado é R\$ 107.660 e está representado por 107.660.380 ações ordinárias.

	31/12/2025 e 31/12/2024	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S/A	91.511.322	85,00
AF Energia S.A.	1	0,00
Volts Empreendimentos e Participações Ltda	16.149.057	15,00
<b>Total das ações</b>	<b>107.660.380</b>	<b>100,00</b>

## 17 Receita operacional líquida

	Mwh	31/12/2025	Mwh	31/12/2024
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>				
Suprimento de energia - ambiente regulado	159.432	50.401	159.869	48.212
Suprimento de energia - ambiente livre	5.028	497	13.056	821
Ajuste positivo CCEE	-	1.003	-	363
	<b>164.460</b>	<b>51.901</b>	<b>172.925</b>	<b>49.396</b>
<b>Deduções</b>				
PIS - Programa de integração social		(337)		(321)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(1.557)		(1.482)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(86)		(124)
		<b>(1.980)</b>		<b>(1.927)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>49.921</b>		<b>47.469</b>

## 18 Custos e despesas operacionais

		31/12/2025		31/12/2024	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>					
	Encargos de uso da rede elétrica	(1.407)	-	(1.502)	-
	Doações, contribuições e subvenções	18	(12)	(5)	(9)
		<b>(1.389)</b>	<b>(12)</b>	<b>(1.507)</b>	<b>(9)</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>					
	Energia comprada para revenda	(826)	-	(4.419)	-
15.1	Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(7.490)	-	(3.664)	-
	Seguros	(552)	(12)	(575)	(12)
	Alugueis	(208)	(25)	(209)	(22)
	Pessoal	(566)	(1.571)	(559)	(1.420)
15.3	Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(266)	-	(358)
	Material	(370)	(68)	(433)	(10)
	Serviços de Terceiros	(2.866)	(1.066)	(2.630)	(835)
15.1	Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	(946)	-	(765)	-
	Outros tributos e taxas	(46)	-	(19)	(10)
	Outros	(24)	(22)	(15)	(9)
		<b>(13.894)</b>	<b>(3.030)</b>	<b>(13.288)</b>	<b>(2.676)</b>
	<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>8 e 9</b>	<b>(64)</b>	<b>(5.658)</b>	<b>(50)</b>
		<b>(6.611)</b>	<b>(64)</b>	<b>(5.658)</b>	<b>(50)</b>
	<b>Total</b>	<b>(21.894)</b>	<b>(3.106)</b>	<b>(20.453)</b>	<b>(2.735)</b>

## 19 Resultado financeiro

Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas Financeiras</b>		
11.b	(23.295)	(20.690)
	(726)	(686)
<b>Total</b>	<b>(24.021)</b>	<b>(21.376)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
	7.346	6.599
	3	20
<b>Total</b>	<b>7.349</b>	<b>6.619</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(16.672)</b>	<b>(14.757)</b>

(\*) Refere-se receita financeira líquida, considerando demais despesas financeiras.

## 20 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2025	31/12/2024
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.071)	(3.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9
<b>Total</b>	<b>(4.064)</b>	<b>(3.732)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<b>8.249</b>	<b>9.524</b>
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	<b>(2.805)</b>	<b>(3.238)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>		
Efeito da alíquota de lucro presumido	6.869	6.970
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.064)</b>	<b>(3.732)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>49%</b>	<b>39%</b>

## 21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

## 22 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e bancos	1.442	1.442	18	18	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	17.251	17.251	74.095	74.095	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	6.086	6.086	5.869	5.869	-	Custo amortizado
	<b>24.779</b>	<b>24.779</b>	<b>79.982</b>	<b>79.982</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	1.608	1.608	2.505	2.505	-	Custo amortizado
Contas a pagar - parte relacionada	485	485	46	46	-	Custo amortizado
Debêntures	140.337	139.313	201.604	193.480	-	Custo amortizado
	<b>142.430</b>	<b>141.406</b>	<b>204.155</b>	<b>196.031</b>		

As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

## **23 Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### ***Risco de crédito***

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

### ***Risco de Descontratação***

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes

com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

### **Análise de sensibilidade**

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira ou receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Investimentos de curto prazo	CDI	17.251	7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
			3.195	4.793	6.391	7.988	9.586

  

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2025 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3º Emissão de debêntures	CDI	140.888	7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
			10.567	15.850	21.133	26.417	31.700

(\*) Refere-se ao principal e encargos das dívidas, sem considerar os custos de captação.

## **24 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025
		Ingresso de dívidas	Amortização / Pagamento	Encargos	Adições/ baixas	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Debêntures	201.604	139.400	(224.286)	23.295	324	140.337
Arrendamentos	185		(80)	21	111	237
	201.789	139.400	(224.366)	23.316	435	140.574
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>	<b>201.789</b>	<b>139.400</b>	<b>(224.366)</b>	<b>23.316</b>	<b>435</b>	<b>140.574</b>

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização / Pagamento	Encargos	Adições/ baixas	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Debêntures	191.476	(11.032)	20.690	470	201.604
Arrendamentos	180	(63)	13	55	185
	<u>191.656</u>	<u>(11.095)</u>	<u>20.703</u>	<u>525</u>	<u>201.789</u>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>	<b><u>191.656</u></b>	<b><u>(11.095)</u></b>	<b><u>20.703</u></b>	<b><u>525</u></b>	<b><u>201.789</u></b>

## 25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 481 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2024) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

\* \* \*